

Homologada, com alterações, pela Resolução CEPE-UEMS Nº 880, de 16/03/2009.

**DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE-UEMS Nº 046, de 6 de fevereiro de 2009.**

*Aprova o Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e revoga a Deliberação CPPG/CEPE-UEMS nº 019, de 1º de dezembro de 2006.*

~~A CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e, em reunião extraordinária realizada em 6 de fevereiro de 2009,~~

**R E S O L V E:**

~~Art. 1º Aprovar o Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, conforme anexo que integra esta Deliberação.~~

~~Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pelo Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, entrará em vigor na data de sua publicação.~~

~~Art. 3º Revoga-se a Deliberação CPPG/CEPE-UEMS nº 019, de 1º de dezembro de 2006 e demais disposições em contrário.~~

Dourados, 6 de fevereiro de 2009.

**Prof. Dr. SIDNEI EDUARDO LIMA JUNIOR**

Presidente – Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação – CEPE/UEMS

Homologo em 11/2/2009.

Prof. Dr. GILBERTO JOSÉ DE ARRUDA  
Reitor – UEMS

## SUMÁRIO

### ~~REGIMENTO INTERNO DOS CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL~~

#### ~~TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL~~

~~CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS~~

~~CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL~~

~~Seção I - Da Estrutura Deliberativa~~

~~Seção II - Da Estrutura Executiva~~

#### ~~TÍTULO II DA PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*~~

~~CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS~~

~~CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS~~

~~CAPÍTULO III DA CRIAÇÃO DOS CURSOS~~

~~CAPÍTULO IV DO REGULAMENTO DO CURSO~~

~~CAPÍTULO V DOS DOCENTES E DA ORIENTAÇÃO~~

~~CAPÍTULO VI DO REGIME ACADÊMICO E DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR~~

~~CAPÍTULO VII DOS PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS~~

~~Seção I - Da Admissão aos Programas~~

~~Seção II - Da Matrícula~~

~~Subseção I - Do Aluno Especial~~

~~Seção III - Do aproveitamento de Estudos~~

~~Seção IV - Do Trancamento de Matrícula~~

~~Seção V - Do Desligamento~~

~~Seção VI - Da Defesa~~

~~CAPÍTULO VIII DA OBTENÇÃO DO GRAU E DA EXPEDIÇÃO DO CERTIFICADO~~

#### ~~TÍTULO III DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* INSTITUCIONAL~~

~~CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS~~

~~CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS~~

~~CAPÍTULO III DA CRIAÇÃO DOS PROGRAMAS~~

~~CAPÍTULO IV DO REGULAMENTO DO PROGRAMA~~

~~CAPÍTULO V DOS DOCENTES E DA ORIENTAÇÃO~~

~~CAPÍTULO VI DO REGIME ACADÊMICO E DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR~~

~~Seção I - Dos Créditos Mínimos Exigidos~~

~~Seção II - Dos Créditos Especiais~~

~~Seção III - Da Participação em Estágio Docência~~

~~CAPÍTULO VII DOS PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS~~

~~Seção I - Da Admissão aos Cursos~~

~~Seção II - Da Matrícula~~

~~Subseção I - Do Aluno Especial~~

~~Seção III - Do aproveitamento de Estudos~~



Universidade Estadual  
de Mato Grosso do Sul

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

~~Seção IV – Do Trancamento de Matrícula~~

~~Seção V – Do Cancelamento de Disciplina~~

~~Seção VI – Do Desligamento~~

~~Seção VII – Da Prorrogação de Prazo~~

~~Seção VIII – Da Defesa~~

~~Seção IX – Do Registro Acadêmico~~

~~CAPÍTULO VIII – DA OBTENÇÃO DO GRAU E DA EXPEDIÇÃO DO HISTÓRICO  
ESCOLAR E DO DIPLOMA~~

~~CAPÍTULO IX – DA REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS~~

~~TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS~~

Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS N° 046, de 6/2/2009

**REGIMENTO INTERNO DOS CURSOS  
E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**TÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

~~Art. 1º Os cursos e os programas de pós-graduação a que se referem o Estatuto e o Regimento Geral desta Universidade são regidos por este Regimento, pelas normas específicas do Conselho Nacional de Educação (CNE), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e demais normas federais complementares.~~

~~Art. 2º A pós-graduação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul poderá ser oferecida nas modalidades de pós-graduação *lato sensu*, na forma de curso de especialização, e pós-graduação *stricto sensu*, na forma de programas, constituídos por cursos de mestrado acadêmico, doutorado acadêmico ou mestrado profissional, tendo as seguintes finalidades:~~

~~I - a especialização: aperfeiçoamento profissional em uma área específica do saber;~~

~~II - o mestrado acadêmico: promoção da competência científica para o magistério superior, atividades de pesquisa e outras atividades acadêmicas;~~

~~III - o doutorado acadêmico: formação de profissionais com habilidades de produzir e conduzir, de forma independente, pesquisas originais em áreas específicas do conhecimento;~~

~~IV - o mestrado profissional: capacitação técnico-profissional em área definida, com a utilização de metodologia científica e aprofundamento de conhecimentos ou técnicas de pesquisa científica ou artística.~~

~~Parágrafo único. O termo curso designa um ciclo de atividades regulares, que poderá estar inserido em um programa de pós-graduação, visando aprofundar os conhecimentos adquiridos na graduação e desenvolver a capacidade criadora conduzindo a uma pós-graduação *stricto sensu*.~~

~~Art. 3º Os cursos de pós-graduação *lato sensu* e os programas *stricto sensu* terão regulamento específico segundo as normas vigentes no âmbito da pós-graduação.~~

~~Art. 4º Os cursos e programas serão estruturados por áreas de conhecimento e linhas de pesquisa, com seus respectivos projetos.~~

~~§ 1º Por área de conhecimento entende-se um domínio restrito de especialização dentro da área básica na qual o curso ou o programa atuam.~~

~~§ 2º Por linha de pesquisa entende-se um domínio restrito de especialização dentro da área de conhecimento.~~

(Fls. 02/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

~~§ 3º Quando pertencentes à mesma área do conhecimento, os cursos de mestrado e de doutorado devem compor um mesmo programa de pós-graduação.~~

## **CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

### **Seção I Da Estrutura Deliberativa**

~~Art. 5º Os cursos e os programas de pós-graduação terão as seguintes instâncias deliberativas:~~

- ~~I – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE);~~
- ~~II – Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG);~~
- ~~III – Colegiado do Curso (CCPG) ou do Colegiado do Programa de Pós-Graduação (CPPG).~~

~~Art. 6º O colegiado do curso ou do programa de pós-graduação será constituído por professores que ministram disciplinas no respectivo curso ou programa, respeitada a representação discente.~~

~~§ 1º O presidente do colegiado será o coordenador do curso ou programa.~~

~~§ 2º Será eleito para vice-presidente do colegiado do curso ou programa de pós-graduação 1 (um) docente, por voto direto dos membros.~~

~~§ 3º O representante dos alunos será escolhido pelos alunos do curso ou do programa.~~

~~Art. 7º Competem ao colegiado do curso ou programa de pós-graduação:~~

- ~~I – eleger e assessorar a coordenação dos cursos ou dos programas na execução e acompanhamento das suas atividades;~~
- ~~II – propor à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação o calendário do curso ou do programa;~~
- ~~III – estabelecer diretrizes para elaboração dos planos de ensino e aprovar programas de disciplinas e critérios de avaliação propostos pelos docentes ou grupos de docentes;~~
- ~~IV – aprovar o planejamento quanto à oferta de disciplinas e às atividades complementares do curso e do programa;~~
- ~~V – designar professores integrantes do quadro docente do curso ou do programa para proceder à seleção dos candidatos;~~
- ~~VI – estabelecer critérios de seleção ao ingresso do aluno na pós-graduação, respeitada as normas vigentes e o projeto de curso aprovado;~~
- ~~VII – propor à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação o número de vagas a ser ofertado a cada processo seletivo;~~
- ~~VIII – estabelecer o número de vagas por disciplinas para o recebimento de alunos especiais;~~

(Fls. 03/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

~~IX – decidir sobre aproveitamento de disciplinas obtido em outros cursos ou programas de pós-graduação;~~

~~X – analisar pedidos de trancamento geral de matrícula;~~

~~XI – aprovar orientadores e co-orientadores, bem como as respectivas substituições, quando houver necessidade;~~

~~XII – aprovar banca para exame de qualificação e para julgamento de dissertação ou tese;~~

~~XIII – apreciar e deliberar as questões relativas aos aspectos didático-pedagógicos, bem como propostas e/ou recursos encaminhados por professores e alunos do curso ou do programa, no âmbito de sua competência;~~

~~XIV – propor à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação reformulação/adequação do projeto pedagógico para aprovação da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação;~~

~~XV – acompanhar o programa de pós-graduação no que diz respeito ao desempenho dos alunos e na utilização das bolsas e recursos;~~

~~XVI – acompanhar a execução curricular do curso, avaliar seus resultados e propor à Divisão de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação medidas que visem a garantia do seu padrão de qualidade;~~

~~XVII – propor os valores das taxas, quando couber, respeitando as normas vigentes da instituição;~~

~~XVIII – deliberar sobre os planos de aplicação colocados à disposição do curso ou programa;~~

~~XIX – apreciar a prestação de contas dos recursos colocados à disposição do curso ou do programa;~~

~~XX – exercer demais funções que lhe sejam atribuídas.~~

## **Seção II** **Da Estrutura Executiva**

~~Art. 8º Os cursos ou programas de pós-graduação serão administrados pelos seguintes órgãos:~~

~~I – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP);~~

~~II – Divisão de Pós-Graduação (DPG);~~

~~III – Coordenação do Curso (CCPG) ou do Colegiado do Programa de Pós-Graduação (CPPG).~~

~~Parágrafo único. Cada programa de pós-graduação *stricto sensu* deverá ter uma secretaria acadêmica.~~

~~Art. 9º A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, por intermédio da Divisão de Pós-Graduação, é a responsável pela coordenação geral, planejamento, execução, controle, supervisão e avaliação dos cursos e dos programas de pós-graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.~~

~~Art. 10. Cada curso ou programa terá um coordenador, membro do quadro efetivo desta Instituição e ministrante de disciplina, eleito pelos seus pares.~~

(Fls. 04/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

~~§ 1º O coordenador será eleito para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.~~

~~§ 2º Não será permitida a coordenação simultânea de mais de um curso ou programa de pós-graduação pelo mesmo docente.~~

~~Art. 11. São atribuições do coordenador do curso ou programa:~~

~~I – coordenar e supervisionar a execução do curso ou programa;~~

~~II – convocar e presidir as reuniões do colegiado;~~

~~III – executar as regulamentações propostas;~~

~~IV – elaborar mapas de lotação dos professores, dentro do prazo estabelecido pela Divisão de Recursos Humanos;~~

~~V – elaborar proposta de calendário acadêmico e encaminhar à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para providências cabíveis;~~

~~VI – solicitar à Divisão de Pós-Graduação publicação de edital em Diário Oficial com a relação dos candidatos aprovados no curso ou no programa;~~

~~VII – receber, conferir e encaminhar ao órgão competente, para deferimento, os documentos referentes à matrícula, observando os prazos estipulados no calendário acadêmico;~~

~~VIII – comunicar ao órgão competente a desistência ou reprovação em disciplinas dos alunos, imediatamente após comprovação, solicitando quando couber, o desligamento dos mesmos;~~

~~IX – encaminhar, ao órgão competente, o registro de frequência e de avaliação das disciplinas devidamente preenchido e assinado pelo professor e coordenador, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da disciplina;~~

~~X – publicar edital de composição das bancas de qualificação e julgamento de monografia ou trabalho de conclusão de curso, dissertação ou tese;~~

~~XI – encaminhar à Diretoria de Registro Acadêmico as atas de defesa de monografia ou trabalho de conclusão de curso, de qualificação, de dissertação ou tese, após a regularização de todas as obrigações do aluno no curso ou no programa;~~

~~XII – encaminhar, à Biblioteca da Unidade Universitária sede do curso ou do programa, 1 (um) exemplar impresso encadernado em capa dura e 1 (uma) versão digitalizada de cada monografia ou trabalho de conclusão de curso, dissertação ou tese aprovada, no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega da versão final;~~

~~XIII – expedir declarações relativas às atividades do curso ou do programa;~~

~~XIV – manter atualizada a página Web do curso ou do programa;~~

~~XV – organizar a elaboração e divulgação da produção científica do curso;~~

~~XVI – elaborar relatórios exigidos pelos órgãos oficiais;~~

~~XVII – coordenar o processo de pedido de credenciamento ou recredenciamento dos professores;~~

~~XVIII – solicitar e administrar recursos e materiais oriundos do orçamento previsto e do fomento à pós-graduação;~~

~~XIX – encaminhar com parecer do colegiado do curso as adequações/reformulações do projeto pedagógico à Divisão de Pós-Graduação;~~

~~XX – participar dos órgãos colegiados superiores, conforme legislação interna vigente.~~

(Fls. 05/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

## **TÍTULO II** **DA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU**

### **CAPÍTULO I** **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 12.** Os cursos de pós-graduação *lato sensu* desta Universidade devem atender às exigências deste Regimento.

§ 1º Os cursos destinam-se aos portadores de diplomas de curso superior

§ 2º Os cursos podem ser de caráter temporário ou permanente, em regime presencial ou a distância, sendo a oferta deste último condicionada ao credenciamento desta Instituição nos termos da legislação em vigor.

§ 3º Os cursos devem ter carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, nestas não computados o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

§ 4º O prazo para integralização dos cursos será, no mínimo, de 06 (seis) meses e, no máximo, de 18 (dezoito) meses.

§ 5º A carga horária de cada disciplina será constituída por unidade de créditos, sendo que cada unidade corresponderá a 15 (quinze) horas de atividades previstas no projeto pedagógico.

**Art. 13.** A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, por meio da Divisão de Pós-Graduação, poderá solicitar prorrogação do calendário acadêmico ou extinção automática do curso.

§ 1º A prorrogação deverá ser solicitada e devidamente justificada, pelo Colegiado do Curso.

§ 2º A extinção automática dar-se-á quando o número de inscrições ou o número de candidatos aprovados no processo seletivo for inferior ao número mínimo de vagas previstas no projeto pedagógico do curso, por 2 (duas) vezes consecutivas.

**Art. 14.** Os cursos de pós-graduação *lato sensu* poderão promover intercâmbio com instituições acadêmicas, culturais, empresariais e com a sociedade em geral, visando uma maior interação com a comunidade, resguardando as normas internas desta Instituição.

### **CAPÍTULO II** **DOS OBJETIVOS**



(Fls. 06/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

~~Art. 15.~~ Os cursos de pós-graduação *lato sensu* têm por objetivo o enriquecimento da formação técnica, científica ou profissional, desenvolvendo o domínio das técnicas de investigação, de maneira específica e aprofundada nas diferentes áreas de conhecimento.

### **CAPÍTULO III DA CRIAÇÃO DOS CURSOS**

~~Art. 16.~~ Os cursos de pós-graduação *lato sensu* deverão ser propostos pelas Unidades Universitárias, por intermédio dos Colegiados de Curso, dos Núcleos de Pesquisa e Pós-Graduação, dos Centros ou Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, pertencentes à UEMS.

~~Art. 17.~~ São condições para criação de curso de pós-graduação *lato sensu*:

- I – atender às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- II – elaborar o projeto pedagógico, por comissão legalmente constituída, por meio de portaria específica expedida pelo órgão competente;
- III – comprovar a disponibilidade de infraestrutura física, de recursos humanos, recursos materiais e acervo bibliográfico adequado para o funcionamento do curso;
- IV – elaborar orçamento detalhado que garanta a viabilidade de implantação e manutenção do curso.

~~Art. 18.~~ O projeto pedagógico dos cursos de pós-graduação *lato sensu* deverá ser elaborado de acordo com as diretrizes definidas em normatização específica, aprovada pelos órgãos colegiados superiores competentes.

~~Art. 19.~~ Os projetos pedagógicos dos cursos são regidos por este Regimento, pelas normas específicas do Conselho Nacional de Educação (CNE), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e demais normas federais complementares.

~~Art. 20.~~ Após o cumprimento dos artigos 18 e 19, o projeto pedagógico deverá ser encaminhado à Divisão de Pós-Graduação, nos prazos estabelecidos para análise e demais encaminhamentos correspondentes.

~~Art. 21.~~ Uma nova oferta de curso de pós-graduação *lato sensu* ficará condicionada à avaliação do curso, realizada pela Divisão de Pós-Graduação, não excedendo ao prazo máximo de 2 (dois) anos após o encerramento da última turma.

*Parágrafo único.* A oferta de disciplinas de uma nova turma somente será permitida após o encerramento do calendário do curso em andamento.

~~Art. 22.~~ Os cursos de pós-graduação *lato sensu* somente iniciarão suas atividades após a aprovação dos atos legais correspondentes pelos órgãos colegiados superiores competentes desta Instituição.

(Fls. 07/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

#### **CAPÍTULO IV DO REGULAMENTO DO CURSO**

**Art. 23.** O regulamento do curso deverá conter, além dos dispositivos que lhe forem peculiares, os seguintes requisitos:

- I – designação do curso, conforme a área de conhecimento específica;
- II – número mínimo de créditos exigidos, bem como o número de créditos teóricos, práticos ou teórico-práticos por disciplina;
- III – tempo mínimo e máximo de duração;
- IV – requisitos e critérios para o processo de inserção, seleção e matrícula;
- V – o número de vagas, os critérios para inserção e os prazos de matrícula do aluno especial;
- VI – prazos e disposições para cancelamento de matrícula;
- VII – critérios para aproveitamento de disciplinas e desligamento do aluno;
- VIII – critérios de avaliação e aprovação dos alunos em disciplinas;
- IX – porcentagem mínima de frequência, por disciplina ou atividade, que não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento);
- X – prazo e forma de apresentação da monografia ou trabalho de conclusão de curso, bem como de reapresentação no caso da banca examinadora solicitar reformulações;
- XI – critérios para obtenção de títulos.

#### **CAPÍTULO V DOS DOCENTES E DA ORIENTAÇÃO**

**Art. 24.** O corpo docente do curso deverá ser constituído, necessariamente por:

- I – no mínimo 50% (cinquenta por cento) de professores portadores de título de mestre ou doutor, obtido em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação e avaliado pela CAPES;
- II – no mínimo 80% (oitenta por cento) de professores efetivos, cadastrados em grupo de pesquisa do CNPq na área ou em área afim do curso.

**Art. 25.** Em se tratando do corpo docente da UEMS, a carga horária disponível para a pós-graduação *lato sensu* deverá seguir a normatização vigente.

**Art. 26.** Dos professores que ministrarão as disciplinas e orientarão os alunos na elaboração das monografias ou dos trabalhos de conclusão de curso será exigido o grau de especialista, mestre ou doutor com validade nacional, com comprovada produção na área em que atuará no curso.

§ 1º Serão admitidos, no máximo, 03 (três) alunos, por orientador.

§ 2º A critério do colegiado de curso, poderá ser admitido como orientador, professor não vinculado ao curso.

(Fls. 08/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

**Art. 27.** ~~Compete ao professor orientador:~~

- ~~I – elaborar, de comum acordo com seu orientando, o plano de atividades deste e manifestar-se sobre alterações supervenientes;~~
- ~~II – acompanhar o desempenho do aluno, orientando-o em todas as questões referentes ao desenvolvimento de suas atividades;~~
- ~~III – participar, como membro nato e presidente, da banca examinadora;~~
- ~~IV – solicitar, mediante justificativa, o desligamento do orientando;~~
- ~~V – exercer outras atividades definidas no regulamento do curso.~~

## **CAPÍTULO VI DO REGIME ACADÊMICO E DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

**Art. 28.** ~~O período letivo dos cursos de pós-graduação *lato sensu* corresponderá ao tempo do curso estipulado no projeto pedagógico.~~

**Art. 29.** ~~A matrícula será considerada como referência para a contagem de todos os prazos relativos à pós-graduação.~~

**Art. 30.** ~~O programa de atividades proposto para cada período letivo deverá estabelecer, para cada disciplina, o número mínimo e máximo de vagas, a carga total de trabalho exigida e sua caracterização.~~

**Art. 31.** ~~Os cursos de pós-graduação *lato sensu* poderão caracterizar-se pela flexibilidade curricular, permitindo ao aluno a composição de seu programa de estudos com acompanhamento do seu orientador, respeitada a estrutura do curso e a legislação pertinente.~~

**Art. 32.** ~~Os cursos poderão oferecer, além das disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, respeitada a especificidade de cada curso.~~

## **CAPÍTULO VII DOS PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS**

### **Seção I Da Admissão aos Cursos**

**Art. 33.** ~~Os critérios de seleção serão definidos pelo regulamento de cada curso.~~

**Art. 34.** ~~A inserção no processo seletivo, a critério da coordenação do curso, poderá ser permitida para candidatos que estejam cursando o último período da graduação.~~

(Fls. 09/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

## **Seção II** **Da Matrícula**

**Art. 35.** A matrícula do candidato aprovado no processo seletivo obedecerá ao número de vagas ofertadas no edital de cada curso.

**Art. 36.** A matrícula será efetuada pelo candidato ou por terceiro, por procuração simples, nos horários e locais divulgados no edital e nos prazos estabelecidos em calendário acadêmico, mediante a entrega dos seguintes documentos:

- I – requerimento de matrícula;
- II – certidão de registro civil de nascimento ou de casamento — 1 (uma) fotocópia autenticada;
- III – cédula de identidade — 1 (uma) fotocópia autenticada;
- IV – título eleitoral e comprovante de quitação com a justiça eleitoral, da última eleição — 1 (uma) fotocópia autenticada;
- V – cadastro de pessoa física — 1 (uma) fotocópia autenticada;
- VI – certidão de alistamento militar ou de quitação com o serviço militar, se do sexo masculino — 1 (uma) fotocópia autenticada;
- VII – 1 (uma) fotografia 3x4 recente;
- VIII – histórico escolar do curso de graduação — 1 (uma) fotocópia e o original;
- IX – diploma do curso de graduação — 1 (uma) fotocópia e o original.

§ 1º A não efetivação da matrícula inicial no prazo fixado em calendário acadêmico implicará na perda do direito à vaga oriunda da classificação no processo seletivo.

§ 2º As fotocópias dos documentos poderão ser autenticadas pelo órgão responsável pela matrícula, à vista do documento original por meio de carimbo “confere com original” contendo, além do nome desta Instituição, local para indicação da data, nome e assinatura do funcionário responsável pela secretaria acadêmica do curso.

§ 3º Caso o candidato não apresente os documentos a que se referem os incisos VIII e IX, no dia da matrícula, poderá excepcionalmente, ser substituído para efeito de registro, pelo certificado ou declaração de conclusão do curso de graduação, expedido pela instituição de ensino superior respectiva, devendo, porém, o candidato apresentar os referidos documentos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, a contar da data de matrícula, sob pena de nulidade da matrícula.

### *Subseção I* *Do Aluno Especial*

**Art. 37.** Alunos especiais são os matriculados apenas em disciplinas isoladas do curso de pós-graduação *lato sensu* e, portanto, não são vinculados a nenhum curso de pós-graduação da UEMS que conduza ao grau de especialista.

**Art. 38.** O número de vagas, as condições de inserção, prazos de matrícula do aluno especial serão definidas no regulamento de cada curso.

(Fls. 10/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

**Art. 39.** A aceitação do aluno especial fica a critério da coordenação do curso, ouvido o professor responsável pela disciplina.

**Art. 40.** Os alunos especiais farão jus a um certificado, constando somente as disciplinas cursadas nesta modalidade, expedido pela Diretoria de Registro Acadêmico.

**Art. 41.** A eventual mudança da condição de aluno especial para a de regular, com aproveitamento de créditos, além de depender da aquiescência do orientador e do coordenador do curso, somente poderá ocorrer desde que satisfeitas todas as exigências a que estão sujeitos os alunos regularmente matriculados.

### **Seção III**

#### **Do Aproveitamento de Estudos**

**Art. 42.** O aproveitamento do desempenho do aluno nas disciplinas e outras atividades serão definidos pelos cursos, obedecidos aos seguintes critérios e conforme tabela de equivalência descrita abaixo:

I – os alunos receberão conceito final: “A”, “B”, “C” ou “D”;

II – os alunos que receberem conceito “A”, “B” ou “C” terão direito a crédito;

III – os alunos que receberem conceito “D” não terão direito a crédito.

Conceito	Nota
A	9,0 a 10
B	8,0 a 8,9
C	7,0 a 7,9
D	– 0 a 6,9

**Art. 43.** As disciplinas cursadas em cursos do mesmo nível poderão ser aproveitadas, desde que haja compatibilidade entre conteúdo e carga horária.

*Parágrafo único.* A solicitação do aproveitamento de disciplinas deverá ser encaminhada ao coordenador de curso, acompanhada do histórico escolar correspondente e do programa das disciplinas, devendo ser autorizada pelo professor da disciplina e pelo colegiado do curso.

### **Seção IV**

#### **Do Trancamento de Matrícula**

**Art. 44.** Não serão permitidos trancamentos de matrícula nos cursos de pós-graduação *lato sensu*.

### **Seção V**

#### **Do Desligamento**

(Fls. 11/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

~~Art. 45.~~ O aluno que não atender às exigências para conclusão do curso no prazo estipulado no regulamento será automaticamente desligado.

~~§ 1º~~ O aluno reprovado em disciplina obrigatória, na defesa da monografia ou trabalho de conclusão de curso, será automaticamente desligado do curso.

~~§ 2º~~ O aluno desligado do curso poderá solicitar à Diretoria de Registro Acadêmico um certificado constando somente as disciplinas cursadas, nas quais tenha sido aprovado.

### **Seção VI Da Defesa**

~~Art. 46.~~ Somente poderá proceder à defesa da monografia ou do trabalho de conclusão de curso, o aluno que tiver concluído os créditos.

~~§ 1º~~ O prazo máximo para entrega do trabalho a ser avaliado não poderá exceder à data prevista para o término do curso.

~~§ 2º~~ O trabalho será avaliado por uma banca examinadora composta pelo orientador, na condição de presidente, e por mais 2 (dois) membros convidados.

~~§ 3º~~ A versão final da monografia ou do trabalho de conclusão de curso deverá ser entregue à coordenação do curso no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data da defesa, em versão digitalizada e uma cópia impressa encadernada.

## **CAPÍTULO VIII DA OBTENÇÃO DO GRAU E DA EXPEDIÇÃO DO CERTIFICADO**

~~Art. 47.~~ Para obter o certificado de especialista, o aluno deverá atender às seguintes exigências, obrigatoriamente previstas no regulamento do curso:

- ~~I~~ – completar, com aprovação, o número de créditos previstos;
- ~~II~~ – ser aprovado na avaliação da monografia ou do trabalho de conclusão de curso;
- ~~III~~ – não possuir débitos com a biblioteca e demais órgãos da Universidade.

~~Art. 48.~~ Nos certificados de conclusão de cursos de pós-graduação *lato sensu* devem constar:

- ~~I~~ – área de conhecimento do curso;
- ~~II~~ – relação das disciplinas, carga horária, conceito obtido pelo aluno, nome e qualificação dos professores por elas responsáveis;
- ~~III~~ – período em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico;
- ~~IV~~ – título da monografia ou do trabalho de conclusão de curso e conceito obtido;

(Fls. 12/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

~~V – declaração da Instituição de que o curso cumpriu todas as disposições da legislação vigente;~~

~~VI – citação do ato legal de credenciamento da Instituição.~~

~~Art. 49. A segunda via do certificado poderá ser expedida tanto por motivo de extravio como por danificação do original, após comprovação concludente do evento.~~

~~Parágrafo único. A segunda via do certificado expedido trará os mesmos dados referentes à primeira via, destacando-se no anverso a expressão segunda via, exceto a data da expedição.~~

~~Art. 50. Para a expedição do certificado, a coordenação deverá encaminhar a ata de defesa à Diretoria de Registro Acadêmico até 30 (trinta) dias após defesa.~~

~~Art. 51. A Diretoria de Registro Acadêmico terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias para entrega do certificado de conclusão, para o aluno que cumpriu todas as etapas do curso.~~

### **TÍTULO III**

#### **DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* INSTITUCIONAL**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

~~Art. 52. Os programas de pós-graduação serão oferecidos a candidatos diplomados em cursos de graduação conforme a legislação vigente.~~

~~Art. 53. Os programas de pós-graduação serão denominados pela área do conhecimento a que se referem ou, quando de natureza multidisciplinar ou interdisciplinar, por uma denominação específica atinente a seu campo de estudo.~~

~~§ 1º Os programas poderão ter uma ou mais áreas de concentração, entendendo-se como tal, uma subárea do campo específico de conhecimento que constitui o objeto de estudos e de investigação.~~

~~§ 2º Os programas deverão organizar linhas de pesquisa, em torno de temas e atividades de pesquisa comuns, agrupando os professores e alunos de pós-graduação e de graduação.~~

~~§ 3º Os programas visam promover intercâmbio com instituições acadêmicas, culturais, empresariais e a sociedade em geral, estabelecendo uma maior interação com a comunidade, resguardando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).~~

~~§ 4º As produções resultantes das pesquisas dos cursos de mestrado e doutorado deverão ser divulgadas sob forma de comunicações em reuniões técnicas e científicas, publicações ou por outros meios adequados.~~

(Fls. 13/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

~~Art. 54.~~ Os programas só poderão iniciar suas atividades após a aprovação pelos Órgãos Colegiados Superiores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e pela CAPES ou outro órgão federal que vier a substituí-la.

## **CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS**

~~Art. 55.~~ Os programas de pós-graduação *stricto sensu* têm por objetivo o enriquecimento da formação científica, artística ou profissional, desenvolvendo o domínio das técnicas de investigação, a capacidade de pesquisa e o poder criador nos diferentes campos do saber.

## **CAPÍTULO III DA CRIAÇÃO DOS PROGRAMAS**

~~Art. 56.~~ São condições para criação de programas de pós-graduação *stricto sensu*:

- ~~I~~ – atender às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- ~~II~~ – existência de grupo de pesquisa da UEMS cadastrado no CNPq, na área de conhecimento do curso;
- ~~III~~ – elaboração do projeto pedagógico por uma comissão legalmente constituída por portaria específica expedida pelo órgão competente;
- ~~IV~~ – comprovação da disponibilidade de infraestrutura física, de recursos humanos, recursos materiais e acervo bibliográfico adequado para o funcionamento do programa;
- ~~V~~ – apresentação de um orçamento detalhado que garanta a viabilidade de implantação e manutenção do programa;
- ~~VI~~ – atender às exigências da CAPES, ou órgão que vier substituí-la.

~~Art. 57.~~ O projeto de criação de um programa de pós-graduação deverá ser elaborado na forma definida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ou outro órgão federal que vier a substituí-la.

§ 1º Os projetos deverão ser propostos pelas Unidades Universitárias por intermédio dos colegiados de curso, dos Núcleos de Pesquisa e Pós-Graduação, dos Centros ou Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, pertencentes à UEMS.

§ 2º O projeto de criação do programa deverá ser encaminhado à Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação, dentro dos prazos estabelecidos e divulgados por essa Divisão.

§ 3º Após a análise pela Divisão de Pós-Graduação e aprovação pelo órgão colegiado superior competente, o projeto será encaminhado à CAPES ou órgão competente.



(Fls. 14/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

#### **CAPÍTULO IV DO REGULAMENTO DO PROGRAMA**

**Art. 58.** O regulamento do programa deverá conter, além dos dispositivos que lhe forem peculiares, os seguintes itens:

- ~~I – designação do programa, conforme a área de conhecimento e a área de concentração;~~
- ~~II – número mínimo de créditos exigidos pelo programa bem como o número de créditos teóricos, práticos ou teórico-práticos por disciplina;~~
- ~~III – tempo mínimo e máximo de duração do(s) programa(s);~~
- ~~IV – requisitos e critérios para o processo de seleção e matrícula;~~
- ~~V – critérios para proficiência em língua estrangeira;~~
- ~~VI – prazos e disposições para o cancelamento de matrícula em disciplina ou trancamento de matrícula no programa;~~
- ~~VII – critérios para matrícula de aluno especial;~~
- ~~VIII – critérios para aproveitamento de créditos;~~
- ~~IX – definição das atividades complementares para as quais poderão ser atribuídos créditos;~~
- ~~X – prazos para a integralização dos créditos nas diferentes atividades;~~
- ~~XI – critérios para estágios em docência;~~
- ~~XII – critérios para a aprovação do aluno em disciplinas;~~
- ~~XIII – critérios para o desligamento do aluno com desempenho considerado insuficiente;~~
- ~~XIV – porcentagem mínima de frequência, por disciplina ou atividade complementar, não podendo ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento);~~
- ~~XV – prazo e forma do exame de qualificação;~~
- ~~XVI – prazo e forma de apresentação da dissertação ou tese, bem como de reapresentação destas, na hipótese de a banca examinadora solicitar reformulações;~~
- ~~XVII – especificação da obrigatoriedade ou não do grau de mestre para ingresso no doutorado;~~
- ~~XVIII – critérios para obtenção dos títulos de mestre ou doutor;~~
- ~~XIX – critérios de concessão de bolsas de estudo;~~
- ~~XX – critérios para a prova de proficiência em língua portuguesa, para alunos estrangeiros;~~
- ~~XXI – normas para cadastro de co-orientadores;~~
- ~~XXII – critérios para credenciamento e descredenciamento de professores do quadro permanente.~~

#### **CAPÍTULO V DOS DOCENTES E DA ORIENTAÇÃO**

**Art. 59.** Dos professores que ministrarão as disciplinas e orientarão os alunos na elaboração das dissertações ou teses será exigido o grau de doutor com validade nacional.

(Fls. 15/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

~~Art. 60.~~ Os membros do corpo docente serão credenciados e recredenciados pelo colegiado do programa de pós-graduação, mediante requerimento próprio, considerando os critérios estabelecidos neste Regimento e no regulamento de cada curso, atendendo ao disposto na regulamentação da CAPES ou órgão federal que vier a substituí-la.

~~Parágrafo único.~~ O recredenciamento do professor deverá ocorrer, no máximo, a cada 3 (três) anos.

~~Art. 61.~~ São atribuições do professor orientador:

- ~~I~~ – elaborar, de comum acordo com seu aluno, o plano de atividades deste e manifestar-se sobre alterações supervenientes;
- ~~II~~ – encaminhar à coordenação do programa o projeto de dissertação ou tese;
- ~~III~~ – acompanhar o desempenho do aluno, orientando-o em todas as questões referentes ao desenvolvimento de suas atividades;
- ~~IV~~ – justificar pedidos de aproveitamento de créditos;
- ~~V~~ – justificar pedidos de suspensão de matrículas;
- ~~VI~~ – solicitar à coordenação ou órgão competente, providências para a realização do exame geral de qualificação e para a defesa pública da dissertação ou tese, sugerindo, em cada caso, os nomes dos profissionais para a composição da banca examinadora;
- ~~VII~~ – participar, como membro nato e presidente, da banca examinadora;
- ~~VIII~~ – solicitar, mediante justificativa, o desligamento do aluno sob sua orientação.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO REGIME ACADÊMICO E DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

~~Art. 62.~~ Os programas de pós-graduação *stricto sensu* deverão caracterizar-se pela flexibilidade curricular, proporcionando ao aluno ampla oportunidade de iniciativa na composição de seu programa de estudos com acompanhamento do seu orientador, respeitada a estrutura do curso e a legislação pertinente.

~~Art. 63.~~ Os programas poderão oferecer, além das disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas.

~~Art. 64.~~ O ano letivo dos programas de pós-graduação *stricto sensu* poderá ser dividido em 2 (dois) ou mais períodos, para atender às exigências de planejamento didático-administrativo.

~~§ 1º~~ É facultado a cada programa adotar regime de matrícula anual ou semestral.

~~§ 2º~~ Poderão ser oferecidas disciplinas sob forma concentrada de acordo com as necessidades do programa.

(Fls. 16/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

§ 3º A matrícula será considerada como referência para a contagem de todos os prazos relativos ao desenvolvimento do programa.

~~Art. 65.~~ O programa de atividades proposto para cada período letivo deverá estabelecer, para cada disciplina, o número mínimo e máximo de vagas, a carga total de trabalho exigida e sua caracterização.

### **Seção I**

#### **Dos Créditos Mínimos Exigidos**

~~Art. 66.~~ A integralização dos estudos necessários ao mestrado e ao doutorado será expressa em unidades de crédito.

~~Parágrafo único.~~ Cada crédito corresponde a 15 (quinze) horas de atividades em disciplinas.

~~Art. 67.~~ O aluno de mestrado deverá integralizar, pelo menos, 72 (setenta e duas) unidades de crédito.

~~Art. 68.~~ O aluno de doutorado deverá integralizar, pelo menos, 114 (cento e quatorze) unidades de crédito.

~~Art. 69.~~ O número de crédito em disciplinas necessário à integralização dos programas de pós-graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul será de no mínimo:

I – 12 (doze) créditos para o mestrado;

II – 24 (vinte e quatro) créditos para o doutorado.

~~Parágrafo único.~~ Não serão atribuídos créditos às atividades relacionadas ao exame de qualificação e elaboração do produto final.

~~Art. 70.~~ Serão atribuídos 60 (sessenta) créditos para o mestrado e 90 (noventa) créditos para o doutorado à defesa e aprovação do produto final, os quais não terão equivalência em carga horária.

### **Seção II**

#### **Dos Créditos Especiais**

~~Art. 71.~~ Poderão, a critério do colegiado, ser computados no total de créditos mínimos exigidos em disciplinas, até 20% (vinte por cento) desse mesmo total ao aluno que desenvolver uma ou mais das seguintes atividades:

I – participação em congresso científico com apresentação de trabalho, cujo resumo seja publicado em anais (ou similares), ou publicação de trabalho completo em anais (ou similares), do qual o interessado é autor e o tema seja pertinente ao seu projeto de dissertação ou tese;

II – trabalho completo publicado em revista de circulação nacional ou internacional que tenha corpo editorial reconhecido, sistema referencial adequado e tenha comprovada relação com o projeto de dissertação ou tese do aluno;

(Fls. 17/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

~~III – capítulo de livro de reconhecido mérito na área do conhecimento e que tenha comprovada relação com projeto de dissertação ou tese do aluno;~~

~~IV – capítulo em manual tecnológico reconhecido por órgãos oficiais da esfera estadual ou federal e que tenha comprovada relação com o projeto de dissertação ou tese do aluno;~~

~~V – atividade de tutoria ou monitoria realizada junto a alunos de graduação, desde que programada pelo professor responsável pela disciplina e aprovada pelo colegiado do curso;~~

~~VI – participação em estágios, cursos de extensão ou aperfeiçoamento, previamente autorizada pelo colegiado do curso, que, pelo seu programa ou conteúdo, digam respeito às atividades de pesquisa do aluno interessado.~~

~~Art. 72. Para fins de atribuição de créditos especiais, as atividades relacionadas no art. 71 deverão ser exercidas ou comprovadas no período em que o aluno estiver regularmente matriculado no programa de pós-graduação.~~

### **Seção III** **Da Participação em Estágio Docência**

~~Art. 73. Os alunos de pós-graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul poderão cumprir o estágio docência com o objetivo de exercitarem a docência no ensino superior, regulamentado pelo colegiado do programa, obedecidas às normas vigentes.~~

## **CAPÍTULO VII** **DOS PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS**

### **Seção I** **Da Admissão aos Programas**

~~Art. 74. Os critérios de seleção serão definidos pelo regulamento de cada programa.~~

~~Art. 75. Para a inserção no processo seletivo, a coordenação do programa poderá não exigir a conclusão da graduação, desde que o candidato esteja cursando o último semestre do curso de graduação.~~

### **Seção II** **Da Matrícula**

~~Art. 76. Terá direito à matrícula o candidato aprovado no processo de seleção e classificado dentro do número de vagas ofertadas.~~

~~Parágrafo único. O candidato aprovado em mais de um programa ou curso terá sua matrícula deferida em um só programa e em apenas um curso, devendo expressar esta opção por escrito.~~

(Fls. 18/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

~~Art. 77. A matrícula em disciplinas privilegiará os alunos regulares do respectivo programa.~~

~~Parágrafo único. Na hipótese de vagas em disciplinas, poderá ser aceita a matrícula de alunos vinculados a outros programas do mesmo nível, mediante proposta do respectivo orientador e concordância do professor responsável pela disciplina.~~

~~Art. 78. O candidato aprovado e classificado deverá apresentar à secretaria do curso, os seguintes documentos para a efetivação da matrícula:~~

~~I- para o mestrado acadêmico ou profissional:~~

- ~~a) requerimento de matrícula;~~
- ~~b) cópia da Cédula de Identidade – RG;~~
- ~~c) cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;~~
- ~~d) cópia do título de eleitor, certidão de quitação com a justiça eleitoral;~~
- ~~e) certidão de alistamento militar ou de quitação com o serviço militar, para maior de dezoito anos, se do sexo masculino;~~
- ~~f) cópia da certidão de nascimento ou casamento;~~
- ~~g) 1 (uma) foto 3x4 recente;~~
- ~~h) cópia e original do histórico escolar da graduação completo;~~
- ~~i) cópia e original do diploma de graduação ou comprovante de conclusão do curso.~~

~~§ 1º Caso o candidato não apresente os documentos das alíneas h e i no dia da matrícula, o mesmo deverá apresentar um certificado ou declaração de conclusão de curso, expedido pela instituição de ensino superior, que comprove a conclusão da graduação, devendo entregar esses documentos num prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de matrícula. Não apresentando esses documentos dentro do prazo, o aluno será automaticamente desligado do programa.~~

~~II- para doutorado serão exigidos, além dos documentos descritos no inciso I, deste artigo, os seguintes:~~

- ~~a) cópia e original do diploma de mestrado;~~
- ~~b) cópia e original do histórico do curso de mestrado.~~

~~§ 2º Caso o candidato não apresente os documentos das alíneas a e b no dia da matrícula, o mesmo deverá apresentar a ata de defesa da dissertação, expedida pela instituição de ensino superior, que comprove a conclusão do curso de mestrado, devendo entregar esses documentos num prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de matrícula. Não apresentando esses documentos dentro do prazo, o aluno será automaticamente desligado do programa.~~

~~§ 3º Para os programas que admitem o ingresso no doutorado sem a exigência de mestrado, o regulamento do programa de pós-graduação poderá dispensar a cópia do diploma e do histórico escolar do mestrado.~~

~~Art. 79. As fotocópias dos documentos indicados no art. 78 poderão ser autenticadas pelo órgão responsável pela matrícula, à vista do documento original por meio de carimbo “confere com original” contendo, além do nome da Instituição, local para indicação da data, nome e assinatura do funcionário responsável.~~

(Fls. 19/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

*Subseção I*  
*Do Aluno Especial*

~~Art. 80.~~ Alunos especiais são os matriculados apenas em disciplinas isoladas do programa de pós-graduação e, portanto, sem direito ao diploma de mestre ou doutor.

~~Art. 81.~~ O número de vagas, as condições de inserção, prazos de matrícula do aluno especial serão definidos no regulamento de cada programa.

~~Art. 82.~~ A aceitação do aluno especial fica a critério da coordenação do programa, ouvido o professor responsável pela disciplina.

~~Art. 83.~~ Os alunos especiais farão jus a um certificado, constando somente as disciplinas cursadas nessa modalidade, expedido pela secretaria do programa.

~~Art. 84.~~ A eventual mudança da condição de aluno especial para a de regular, com aproveitamento de créditos, além de depender da aquiescência do orientador e do coordenador do programa, somente poderá ocorrer desde que satisfeitas todas as exigências a que estão sujeitos os alunos regularmente matriculados.

~~Art. 85.~~ Os critérios para aproveitamento de disciplinas cursadas como aluno especial deverão constar no regulamento do programa.

**Seção III**  
**Do Aproveitamento de Estudos**

~~Art. 86.~~ O aproveitamento do desempenho do aluno nas disciplinas e outras atividades serão definidos pelos programas, obedecidos aos seguintes critérios e conforme tabela de equivalência descrita a seguir:

I – os alunos receberão conceito final: “A”, “B”, “C” ou “D”;

II – os alunos que receberem conceito “A”, “B” ou “C” terão direito a crédito;

III – os alunos que receberem conceito “D” não terão direito a crédito.

TABELA DE EQUIVALÊNCIA	
Conceito	Nota
A	9,0 a 10
B	8,0 a 8,9
C	7,0 a 7,9
D	0 a 6,9

~~Parágrafo único.~~ Constarão no histórico escolar do aluno os conceitos obtidos em todas as disciplinas cursadas.

~~Art. 87.~~ O aluno regular de um programa de pós-graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul poderá requerer o aproveitamento de disciplinas cursadas em programas de pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos pelo órgão federal competente, inclusive aquelas cursadas anteriormente ao seu ingresso.

(Fls. 20/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

~~§ 1º Considera-se aproveitamento, para os fins previstos neste Regimento, a aceitação de créditos relativos a disciplinas cursadas pelo aluno, e nas quais obteve aprovação.~~

~~§ 2º O requerimento deverá ser protocolado na coordenação do programa, acompanhado do histórico escolar, ementas e programas das disciplinas cursadas.~~

~~§ 3º É vetado o aproveitamento de créditos atribuídos a atividades complementares realizadas antes da matrícula inicial.~~

~~§ 4º A deliberação sobre o aproveitamento de estudos é de competência do colegiado do programa, ouvindo-se o parecer do orientador.~~

~~§ 5º As disciplinas aproveitadas serão registradas no histórico escolar com a indicação de aproveitamento de estudos “AE” e o número de créditos correspondentes.~~

~~§ 6º Deverão ser registrados no histórico escolar o nome do programa e da Instituição de Ensino Superior nos quais o aluno cursou a(s) disciplina(s) objeto de aproveitamento e a data de homologação pelo colegiado do programa.~~

~~§ 7º O regulamento do programa deverá prever o período máximo compreendido entre a conclusão da disciplina e a solicitação de aproveitamento, não podendo ultrapassar 3 (três) anos.~~

~~§ 8º As disciplinas cursadas em cursos do mesmo nível poderão ser aproveitadas, desde que haja compatibilidade entre conteúdo e carga horária.~~

~~§ 9º A solicitação do aproveitamento de créditos deverá ser encaminhada ao coordenador de curso, acompanhada do histórico escolar correspondente e do programa das disciplinas, devendo ser autorizada pelo professor da disciplina e colegiado do curso.~~

~~**Art. 88.** As disciplinas cursadas durante o mestrado e que excedem ao número de créditos necessários à integralização curricular, poderão ser aproveitadas para a integralização curricular do doutorado, no mesmo programa.~~

~~*Parágrafo único.* O aproveitamento de que trata o *caput* deste artigo deverá ser solicitado de acordo com o disposto no art. 87.~~

#### **Seção IV** **Do Trancamento de Matrícula**

~~**Art. 89.** O trancamento de matrícula no período letivo em execução corresponde a interrupção temporária dos estudos e só poderá ser concedido em casos excepcionais e a critério do colegiado do programa.~~

(Fls. 21/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

~~§ 1º O trancamento de matrícula deverá ser solicitado por meio de requerimento do aluno ao coordenador, acompanhado de justificativa expressa do orientador.~~

~~§ 2º As normas para o trancamento de matrícula deverão ser definidas pelos regulamentos de cada programa, obedecidas às disposições deste Regimento.~~

~~§ 3º O tempo de trancamento de que trata o *caput* deste artigo será computado no prazo para integralização do programa.~~

~~§ 4º Os prazos máximos permitidos para o trancamento serão de 1 (um) semestre letivo para o mestrado e 2 (dois) semestres letivos, consecutivos ou não, para o doutorado.~~

~~§ 5º Não será concedido trancamento de matrícula durante a vigência de prorrogação de prazo para a conclusão da dissertação ou tese, com exceção de casos de doença grave, a critério do colegiado do programa.~~

#### **Seção V** **Do Cancelamento de Disciplina**

~~Art. 90. A cada aluno será permitido o cancelamento de inserição em disciplina desde que não se tenham completado 30% (trinta por cento) da carga horária da disciplina, salvo casos especiais a serem julgados pelo colegiado do programa.~~

~~§ 1º O cancelamento da disciplina deverá ser solicitado por meio de requerimento do aluno ao coordenador, com as devidas justificativas e anuência do orientador.~~

~~§ 2º Não constará no histórico escolar do aluno referência ao cancelamento de inserição em qualquer disciplina.~~

#### **Seção VI** **Do Desligamento**

~~Art. 91. O aluno será desligado do programa de pós-graduação, tanto em nível de mestrado como de doutorado, se ocorrer uma das seguintes hipóteses:~~

- ~~I – reprovação na mesma disciplina por duas vezes;~~
- ~~II – não efetuar a matrícula regularmente, em cada período letivo, dentro do prazo previsto no calendário acadêmico fixado pelo colegiado do programa;~~
- ~~III – reprovação pela segunda vez no exame de qualificação;~~
- ~~IV – o não cumprimento de qualquer atividade ou exigência nos prazos regimentais;~~
- ~~V – reprovação em mais de 2 (duas) disciplinas no curso;~~
- ~~VI – reprovação na defesa da dissertação ou tese;~~
- ~~VII – a pedido do interessado.~~



(Fls. 22/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

~~Parágrafo único.~~ O aluno desligado do curso poderá solicitar à secretaria do curso um certificado, constando somente as disciplinas cursadas nessa modalidade.

## **Seção VII** **Da Prorrogação de Prazo**

~~Art. 92.~~ A prorrogação de prazo poderá ser concedida pelo colegiado do programa, em caráter excepcional, para as providências finais de conclusão de dissertação ou tese, desde que o aluno já tenha sido aprovado no exame de qualificação, quando exigido.

~~§ 1º~~ O requerimento, firmado pelo aluno e com manifestação favorável do orientador, será dirigido ao respectivo colegiado do programa, contendo a justificativa do pedido e protocolado antes do vencimento do prazo máximo regimental.

~~§ 2º~~ O pedido de prorrogação será instruído com uma versão preliminar da dissertação ou tese e de um cronograma indicativo das atividades a serem desenvolvidas pelo aluno no período de prorrogação.

~~§ 3º~~ A prorrogação, preenchidos os requisitos deste Regimento, poderá ser concedida por um prazo máximo de 6 (seis meses).

## **Seção VIII** **Da Defesa**

~~Art. 93.~~ O regulamento de cada programa deverá estabelecer normas específicas para a solicitação da defesa de dissertação ou tese, respeitando os seguintes critérios:

- ~~I~~ – recomendação formal do orientador para a defesa;
- ~~II~~ – aprovação em exame de qualificação, quando exigido;
- ~~III~~ – aprovação no exame de proficiência em língua(s) estrangeira(s);
- ~~IV~~ – atendimento às determinações do regulamento específico do programa referentes à produção intelectual;
- ~~V~~ – obtenção do total dos créditos em disciplinas e/ou atividades complementares.

~~Art. 94.~~ A defesa da dissertação ou tese será feita em sessão pública.

~~Art. 95.~~ Para fins de defesa, o aluno deverá encaminhar à coordenação do programa os exemplares da dissertação ou tese de acordo com os critérios definidos no regulamento específico do programa.

~~Art. 96.~~ A dissertação ou tese será julgada por uma banca examinadora composta por:

- ~~I~~ – 3 (três) examinadores para mestrado, sendo, no mínimo, 1 (um) externo à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul;

(Fls. 23/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

~~II – 5 (cinco) examinadores para doutorado, sendo, no mínimo, 2 (dois) externos à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.~~

~~§ 1º O regulamento específico de cada programa deverá normatizar a participação do orientador na banca examinadora.~~

~~§ 2º O regulamento específico de cada programa deverá prever suplentes para os membros da banca examinadora de forma a atender aos incisos I e II deste artigo.~~

~~§ 3º Os examinadores de que tratam os incisos I e II deste artigo deverão ser portadores do título de doutor ou equivalente.~~

~~§ 4º Na hipótese de co-orientadores virem a participar da banca examinadora de mestrado ou doutorado, estes não serão considerados para efeito de integralização do número mínimo de componentes previstos nos incisos I e II deste artigo.~~

~~§ 5º É vedada, na comissão julgadora de dissertação ou tese, a participação de cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau do aluno.~~

~~§ 6º A defesa da dissertação ou tese deverá ocorrer no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias e máximo de 90 (noventa) dias após a recepção, pela coordenação, dos exemplares mencionados no art. 95 deste Regimento.~~

~~§ 7º A arguição do aluno de mestrado e do doutorado será realizada em sessão pública, que não deverá exceder ao tempo de três horas, no caso de mestrado, e de cinco horas, no caso de doutorado.~~

~~Art. 97. O resultado do julgamento da dissertação ou tese será expresso por uma das seguintes menções:~~

~~I – aprovado;~~

~~II – reprovado.~~

~~§ 1º A aprovação ou reprovação deverá ser baseada em avaliação individual, feita pelos membros da banca examinadora.~~

~~§ 2º Será considerado aprovado na defesa de dissertação ou tese, o candidato que obtiver aprovação da maioria da banca examinadora.~~

~~Art. 98. A comissão julgadora apresentará relatório de seus trabalhos ao colegiado do programa para homologação.~~

## **Seção IX Do Registro Acadêmico**

(Fls. 24/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

- ~~Art. 99.~~ Cada programa deverá possuir o prontuário do aluno, constando:
- ~~I – o resultado da prova de seleção;~~
  - ~~II – a anuência formal do orientador;~~
  - ~~III – a transferência de orientador, se houver;~~
  - ~~IV – os créditos e os conceitos obtidos em disciplinas e outras atividades;~~
  - ~~V – demais documentos exigidos pelo programa.~~

## ~~CAPÍTULO VIII~~ ~~DA OBTENÇÃO DO GRAU, DA EXPEDIÇÃO DO~~ ~~HISTÓRICO ESCOLAR E DO DIPLOMA~~

~~Art. 100.~~ Para a obtenção do grau respectivo, o aluno deverá, dentro do prazo regimental, ter satisfeito as exigências do Regimento Geral da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, deste Regimento e do regulamento específico do programa.

~~Art. 101.~~ Em caráter excepcional, os programas de pós-graduação com curso de doutorado poderão expedir títulos de doutor, diretamente por defesa de tese, em sessão pública, a candidatos de alta qualificação, mediante exame de seus títulos e de sua produção científica, artística, cultural e/ou tecnológica.

~~Parágrafo único.~~ Para atender ao especificado no *caput* deste artigo, o colegiado do programa analisará previamente a solicitação do candidato, encaminhando a para deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

~~Art. 102.~~ A coordenação do programa encaminhará à Diretoria de Registro Acadêmico processo devidamente protocolado solicitando a expedição do diploma, instruído com os seguintes documentos:

- ~~I – cópia da ata da sessão pública de defesa;~~
- ~~II – cópia do histórico escolar da pós-graduação;~~
- ~~III – comprovante de quitação do pós-graduado com as bibliotecas do sistema da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul;~~
- ~~IV – cópia legível do diploma de graduação;~~
- ~~V – cópia legível da Cédula de Identidade e do Cadastro de Pessoa Física;~~
- ~~VI – documento comprobatório em caso de alteração do nome;~~
- ~~VII – exemplar digital e impresso da dissertação ou tese a ser encaminhado à Biblioteca Central da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul;~~
- ~~VIII – comprovante de submissão de pelo menos 1 (um) artigo científico a uma revista indexada especializada com corpo editorial.~~

~~Art. 103.~~ O registro do diploma de mestre ou de doutor será processado pela Diretoria de Registro Acadêmico, no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da defesa.

~~Art. 104.~~ Os diplomas deverão ser uniformes para todos os programas de pós-graduação *stricto sensu* e deverão manter as seguintes características:

- ~~I – formato: tamanho ofício;~~

(Fls. 25/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

~~II – material: papel gramatura 240, com marca d’água da UEMS, Brasão do Estado e Selo Nacional;~~

~~III – escrita: totalmente impresso, com caracteres legíveis.~~

**Art. 105.** São dados indispensáveis constantes do diploma:

~~I – Anverso~~

~~a) Estado de Mato Grosso do Sul;~~

~~b) Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul;~~

~~c) título conferido;~~

~~d) nome do programa de pós-graduação;~~

~~e) data de conclusão do curso;~~

~~f) nome completo do diplomado;~~

~~g) nacionalidade;~~

~~h) data e local de nascimento;~~

~~i) número da Cédula de Identidade contendo a sigla do Estado correspondente;~~

~~j) data da expedição do diploma;~~

~~k) assinaturas do Reitor, do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação e do diplomado.~~

~~II – Verso~~

~~a) número de ordem;~~

~~b) legislação de Reconhecimento do curso, com a data de sua publicação no Diário Oficial;~~

~~c) identificação da assinatura com o nome e cargo da autoridade responsável pelo registro, digitado ou carimbado.~~

**Art. 106.** Os históricos deverão ser uniformes para todos os programas de pós-graduação *stricto sensu* e deverão manter as seguintes características:

~~I – material: papel sulfite, com marca d’água da UEMS, Brasão do Estado e Selo Nacional;~~

~~II – escrita: totalmente impresso, com caracteres legíveis.~~

**Art. 107.** São dados indispensáveis constantes do histórico:

~~I – Folha 1~~

~~a) Estado de Mato Grosso do Sul;~~

~~b) Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul;~~

~~c) nome completo do aluno;~~

~~d) data de nascimento e Unidade da Federação;~~

~~e) número da Carteira de Identidade contendo a sigla do Estado correspondente;~~

~~f) local de nascimento;~~

~~g) nacionalidade;~~

~~h) graduação: título, IES, estado, país e ano;~~

~~i) mestrado: título, área, IES, estado, país e ano (somente para histórico de doutorado);~~

~~j) título conferido;~~

~~k) área;~~

~~l) data da matrícula;~~

(Fls. 26/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE UEMS Nº 046, de 6/2/2009 – Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

- m) orientador;
- n) proficiência em línguas;
- o) exame de qualificação: data e nível;
- p) título da dissertação ou tese;
- q) data da defesa;
- r) resultado da defesa;
- s) data e local de expedição;
- t) assinatura do coordenador e secretário do programa.

#### ~~II – Folha 2~~

- a) ~~Estado de Mato Grosso do Sul;~~
- b) ~~Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul;~~
- e) ~~código da disciplina;~~
- d) ~~nome da disciplina;~~
- e) ~~início da disciplina;~~
- f) ~~término da disciplina;~~
- g) ~~crédito;~~
- h) ~~freqüência;~~
- i) ~~conceito;~~
- j) ~~créditos atribuídos à dissertação ou tese;~~
- k) ~~assinatura do coordenador e secretário do programa;~~
- l) ~~legenda do sistema de créditos no rodapé.~~

~~Art. 108. A 2ª via do diploma e do histórico poderá ser expedida tanto por motivo de extravio como por danificação do original, após comprovação conclusiva do evento.~~

~~§ 1º A 2ª via do diploma e do histórico expedido conterão os mesmos dados referentes a 1ª via destacando no anverso a expressão 2ª via, exceto a data da expedição.~~

~~§ 2º As despesas ocasionadas pela 2ª via do diploma e do histórico serão custeadas pelo requerente.~~

### **CAPÍTULO IX DA REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS**

~~Art. 109. A Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação estabelecerá normas para a revalidação de diplomas de pós-graduação obtidos no exterior, em estabelecimentos de ensino superior, de acordo com as normas vigentes.~~

### **TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

(Fls. 27/27 do Anexo da DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE-UEMS Nº 046, de 6/2/2009 –  
Regimento Interno dos Cursos e Programas de Pós-Graduação)

~~Art. 110. A PROPP poderá propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a suspensão de oferta de novas turmas de qualquer curso de pós-graduação que não cumprir o disposto neste Regimento.~~

~~Art. 111. Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.~~

Dourados, 6 de fevereiro de 2009.

**Prof. Dr. SIDNEI EDUARDO LIMA JUNIOR**

~~Presidente – Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação – CEPE/UEMS~~

Homologo em 11/2/2009.

Prof. Dr. GILBERTO JOSÉ DE ARRUDA  
Reitor UEMS